

SUGOI S.A.

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020

SUGOI S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Comentário de desempenho

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas



Comentário de desempenho sobre as informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 14 de agosto de 2020 – SUGOI S.A. Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Sugoi S.A. (“Sugoi”) apresenta o Relatório da Administração e as Informações Contábeis Intermediárias, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

DESTAQUES

- A receita líquida do trimestre totalizou R\$ 73,7 milhões;
- A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2020 com a Margem Bruta de 37 %;
- O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 12,4 milhões;
- O Landbank da Companhia alcançou um VGV potencial de R\$ 3 bilhões.
- Vendas contratadas no trimestre totalizou 70,7 milhões.
- Lançamentos dos projetos Vida e Alegria – Condomínio 8 – VGV 14,9 milhões – São Paulo SP e Mirai Parque do Carmo – Condomínio 3 – VGV 36,2 milhões – São Paulo - SP.
- Entrega de chaves dos empreendimentos: Residencial Bom Retiro – Paulínia SP – Condomínio 7 e Residencial Bom Retiro – Paulínia SP – Condomínio 6, totalizando 320 unidades.

Considerações Covid-19

A Companhia adotou as medidas de mitigação da transmissão de vírus em cada ponto de trabalho, quer seja nas obras, pontos de vendas e seu escritório central. As práticas adotadas foram higienização com maior frequência, auditoria diária dos controles, flexibilidade no horário de trabalho e adoção do *home office*, atendendo as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e Vigilância Sanitária buscando preservar a saúde física e psicológicas de seus colaboradores, inclusive dispensando do trabalho todos aqueles com idade acima de 60 anos.

Nossas operações continuam nos canteiros de obra, ainda com impactos sem relevância, e acreditamos que neste sentido, não deverá haver interferências significativas na execução dos empreendimentos. Entretanto, eventuais restrições externas como o transporte público dos funcionários, fornecimento de insumos e matérias primas essenciais para a continuidade das obras, pode ter impacto expressivo, possibilidade esta que não há como ser considerada e mensurada neste momento.

Redirecionamos nossa força de vendas para atender o nosso cliente à distância, ampliando a divulgação online dos empreendimentos via aplicativos e redes sociais e mantemos contato diário da alta administração para acompanhamento do cenário e pronta tomada de decisão.

Diante de tantas incertezas e ajustes diários nas diretrizes governamentais, consideramos possíveis impactos em nossa operação, mas temos realizados pautas frequentes para tentar antecipar os problemas, de maneira a minimizá-los.

Desempenho Operacional e Financeiro

Lançamentos e vendas contratadas

No segundo trimestre a companhia realizou novos lançamentos com o VGV estimado em R\$ 51 milhões.

A Sugoi teve 3 empreendimentos habilitados ao Programa Nossa Casa (Casa Paulista), do Governo do Estado. Vida e Alegria, Mirai Parque do Carmo e Villagio Franco da Rocha. O programa consiste no subsídio de até R\$ 16mil reais para os clientes e famílias com renda de até 3 salários mínimos. Tais subsídios são adicionais e complementares ao do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Tais subsídios contribuíram substancialmente para a melhoria na performance de vendas realizadas, no qual a companhia registrou a marca de 70,7 milhões em vendas no trimestre.

Projetos concluídos e projetos em construção

A empresa deverá entregar R\$ 250 milhões de VGV neste ano de 2020, projetos lançados em 2017 e 2018. Destes a companhia realizou no segundo trimestre 42,6 milhões.

Banco de terrenos

Em 30 de junho de 2020, o banco de terrenos da Companhia representava um VGV estimado em R\$ 3 bilhões, com expectativa de lançamento nos próximos 5 anos.

Receita operacional

A receita operacional líquida totalizou R\$ 73,7 milhões no segundo trimestre de 2020, um aumento se comparado com R\$ 56,4 milhões no mesmo período do ano de 2019, tal aumento é reflexo do reconhecimento de receita dos projetos lançados nos anos anteriores, em especial no ano de 2018 e incremento dos lançamentos de projetos novos.

Custos dos imóveis

No segundo trimestre do ano de 2020, o custo dos imóveis totalizou R\$ 46,1 milhões, comparado a um custo de R\$ 33,8 milhões no mesmo período do ano de 2019, fato ocorrido em função do incremento dos lançamentos e do reconhecimento dos custos dos projetos em construção.

Despesas com comercialização, gerais e administrativas

No segundo trimestre do ano de 2020, as despesas com comercialização totalizaram R\$ 3,9 milhões, apresentando uma sensível redução se comparado a R\$ 4,4 milhões em relação ao mesmo período do ano de 2019.

As despesas gerais e administrativas líquidas totalizaram R\$ 7 milhões no segundo trimestre de 2020, um aumento se comparado a R\$ 3,9 milhões em relação ao mesmo período do ano de 2019. Tais despesas estão de acordo com o planejamento da Companhia, visando sustentar a demanda de lançamentos e obras que ocorrerão nos próximos anos.

Lucro bruto

No segundo trimestre do ano de 2020, o lucro bruto ficou em R\$ 27,5 milhões, acima, se comparado com o mesmo período do ano de 2019 onde reportamos o lucro bruto no valor de R\$ 22,6 milhões. Tal aumento é justificado pelo volume das obras em andamento.

Lucro do exercício

No segundo trimestre do ano de 2020 reportamos um lucro líquido acumulado de R\$ 12,4 milhões. O resultado positivo atribui-se especialmente a incremento de lançamentos dos anos anteriores, em especial de 2018, com também lançamentos recentes efetuados pela companhia.

Reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

Não foram propostos dividendos a pagar, nos termos do disposto no artigo 189 da lei 6.404/76.

Auditores Independentes

Nos termos da instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia contratou a BDO Auditores Independentes S.S para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras. Ainda de acordo com a instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria.

São Paulo, 14 de agosto de 2020.

Relações com Investidores

Telefone: (55 11) 5904-6400

E-mail: ri@sugoisa.com.br

www.sugoisa.com.br/ri

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sugoi S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Sugoi S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, aplicável às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as informações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros independentes que emitiram relatório datado em 30 de março de 2020 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de agosto de 2019, sem modificação.



Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações intermediárias e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Julian Clemente', written over the printed name.

Julian Clemente

Contador CRC 1 SP 197232/O-6

Sugoi S.A.
 Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	352	4.399	19.924	23.464
Contas a receber	4	-	-	43.814	40.213
Imóveis a comercializar	5	8.586	9.787	124.287	228.241
Créditos diversos	6	25.918	25.826	40.307	35.691
Impostos e contribuições a compensar		228	227	599	551
Despesas com vendas a apropriar		100	-	5.844	5.896
		35.184	40.239	234.775	334.056
Não circulante					
Imóveis a comercializar	5	1.212	-	170.545	59.030
Partes relacionadas	9	43.577	33.261	6.831	6.827
		44.789	33.261	177.376	65.857
Investimentos	7	112.489	92.948	3.224	3.224
Imobilizado líquido	8	222	222	833	724
Intangível		489	694	489	694
		157.989	127.125	181.922	70.499
Total do ativo		193.173	167.364	416.697	404.555

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

Sugoi S.A.
Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	4.942	4.800	20.214	16.405
Debêntures	16	13.838	23.442	13.838	23.442
Fornecedores	12	148	203	13.868	8.205
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	717	648	3.224	1.603
Contas a pagar	14	16.512	13.540	19.319	15.082
Adiantamentos de clientes e outros	15	8.622	8.622	113.669	232.374
Partes relacionadas	9	62.227	43.863	375	376
Provisões para perda em investimentos	7	4.894	3.757	3.357	3.382
		111.900	98.875	187.864	300.869
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	8	1.529	8	2.368
Debêntures	16	13.455	10.558	13.455	10.558
Conta corrente com sociedade por conta de participação	10	10.405	10.405	10.405	10.405
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	-	-	1.851	1.430
Contas a pagar	14	-	-	500	500
Adiantamentos de clientes e outros	15	-	-	139.449	27.934
Provisões	17	-	-	1.803	1.509
Partes relacionadas	9	1.744	1.744	-	-
		25.612	24.236	167.471	54.704
Total do passivo		137.512	123.111	355.335	355.573
Patrimônio líquido					
	18				
Capital social		1.000	1.000	1.000	1.000
Reserva legal		200	200	200	200
Reserva de lucros		54.461	43.053	54.461	43.053
Ajuste acumulado de conversão		-	-	97	90
		55.661	44.253	55.758	44.343
Participação dos não controladores		-	-	5.604	4.639
Total patrimônio líquido		55.661	44.253	61.362	48.982
Total do passivo e patrimônio líquido		193.173	167.364	416.697	404.555

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.



Sugoi S.A.
Demonstrações do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita líquida	19	-	-	73.741	56.419
Custos das vendas	19	-	-	(46.199)	(33.822)
Lucro bruto	19	-	-	27.542	22.597
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(5.162)	(2.373)	(7.023)	(3.994)
Despesas com comercialização	20	(75)	(124)	(3.923)	(4.440)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		-	-	(1.135)	(176)
Resultado de equivalência patrimonial	7	18.120	15.285	26	-
		12.883	12.788	(12.055)	(8.610)
Lucro antes do resultado financeiro		12.883	12.788	15.487	13.987
Despesas financeiras	-	(1.528)	(3.991)	(1.868)	(4.522)
Receitas financeiras	-	53	114	146	277
Resultado financeiro líquido		(1.475)	(3.877)	(1.722)	(4.245)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.408	8.911	13.765	9.742
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(659)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-	(733)	-
Lucro do período		11.408	8.911	12.373	9.742
Atribuível a					
Acionistas controladores da Companhia				11.408	8.911
Participação de não controladores				965	831
Lucro básico e diluído por ação	18 c	11,408	8,911		

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.



Sugoi S.A.
 Demonstrações do resultado abrangente dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do período	11.408	8.911	12.373	9.742
Ajuste de conversão em controladas	-	-	97	27
(=) Resultado abrangente do período	11.408	8.911	12.470	9.769
Atribuível a				
Acionistas controladores da Companhia			11.505	8.938
Participação de não controladores			965	831
	-	-	12.470	9.769

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

Sugoi S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores da Companhia							
	Capital social integralizado	A Integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Total	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.000	-	200	17.958	52	19.210	2.555	21.765
Ajuste de conversão em controlada	-	-	-	-	(25)	(25)	-	(25)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.911	-	8.911	831	9.742
Saldos em 30 de junho de 2019	1.000	-	200	26.869	27	28.096	3.386	31.482
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.000	-	200	43.053	90	44.343	4.639	48.982
Ajuste de conversão em controlada	-	-	-	-	7	7	-	7
Lucro líquido do período	-	-	-	11.408	-	11.408	965	12.373
Saldos em 30 de junho de 2020	1.000	-	200	54.461	97	55.758	5.604	61.362

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

Sugoi S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	Controladora 30/06/2019	30/06/2020	Consolidado 30/06/2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	11.408	8.911	12.373	9.742
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	232	20	234	237
Provisões para garantia de obras e contingências	-	-	1.614	78
Impostos diferidos	-	-	265	135
Ajuste de conversão patrimonial	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência patrimonial	(18.120)	(15.285)	(26)	-
	(6.480)	(6.354)	14.460	10.166
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/redução contas de ativos				
Contas a receber	-	-	(3.601)	(24.580)
Imóveis a comercializar	(11)	(1.211)	(7.561)	22.454
Impostos e contribuições a compensar	(1)	(43)	(48)	(334)
Créditos diversos	(92)	(12.382)	(4.616)	(12.810)
Despesas com vendas a apropriar	(100)	-	52	(655)
Aumento/(redução) nas contas de passivos				
Obrigações trabalhistas e tributárias	69	9	2.436	(122)
Fornecedores	(55)	213	5.663	791
Contas a pagar	2.972	7.294	2.916	7.382
Adiantamento de clientes	-	9.046	(7.190)	(1.028)
	(3.698)	(3.428)	2.511	1.264
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1)	(659)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(3.698)	(3.429)	1.852	1.264
Das atividades de investimentos				
(Aumento)/redução de capital em controladas líquido	(284)	4.358	-	-
Ajuste de conversão de balanço de controlada	-	-	7	-
No imobilizado	(232)	(62)	(343)	(149)
No intangível	205	(913)	205	(913)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(311)	3.383	(131)	(1.062)
Das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos e outros	1.466	3.117	13.889	7.099
Pagamento empréstimos e financiamentos e outros	(9.552)	(3.654)	(19.147)	(8.003)
Partes relacionadas	8.048	(3.812)	(3)	1.715
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(38)	(4.349)	(5.261)	811
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.047)	(4.395)	(3.540)	1.013
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.399	6.087	23.464	10.270
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	352	1.692	19.924	11.283
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.047)	(4.395)	(3.540)	1.013

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.



Sugoi S.A.
Demonstrações do valor adicionado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas				
Vendas e serviços	-	-	75.249	57.992
Outras receitas	-	-	(1.135)	(176)
	-	-	74.114	57.816
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(46.199)	(33.822)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(3.031)	(2.116)	(6.945)	(6.353)
Outros	-	-	-	-
	(3.031)	(2.116)	(53.144)	(40.175)
Valor adicionado bruto	(3.031)	(2.116)	20.970	17.641
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	(232)	(20)	(234)	(237)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(3.263)	(2.136)	20.736	17.404
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	18.120	15.285	26	-
Receitas financeiras	53	114	146	277
	18.173	15.399	172	277
Valor adicionado total a distribuir	14.910	13.263	20.908	17.681
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e encargos	1.780	182	1.780	182
Comissões sobre venda	-	-	1.536	1.382
Honorários de diretoria	15	30	15	30
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	-	-	2.900	1.573
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.528	3.991	1.868	4.522
Aluguéis	179	149	436	250
Remuneração de capitais próprios				
Lucro do período	11.408	8.911	11.408	8.911
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	965	831
	14.910	13.263	20.908	17.681

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.



1 Contexto operacional

A Sugoi S.A. e suas controladas (“Companhia”) têm como principal atividade a administração de bens próprios, a incorporação, construção e comercialização de imóveis, e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia. O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária e a construção dos imóveis são efetuados diretamente pela Companhia, pelas controladas ou por outros parceiros. A participação de parceiros ocorre de forma direta no empreendimento por meio de participação nas Sociedades em Conta de Participação (SCP) ou Sociedades com Propósito Específico (SPE), criadas para desenvolvimento dos projetos, como também parcerias estratégicas envolvendo permuta de terrenos para o desenvolvimento da atividade imobiliária.

A Companhia, constituída em 4 de abril de 2011, é uma sociedade anônima, com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco C, 5º andar, Conjunto 52, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.584.310/0001-42, tem como foco principal o segmento da primeira moradia e com gestão e a administração de empreendimentos residenciais de padrão médio e econômico, visando oferecer produtos de excelente qualidade com melhor custo benefício do mercado, projetos inteligentes que apostam em segurança, conforto, inovação e preços acessíveis.

A Companhia conta com uma gestão com mais de 40 anos de experiência no mercado imobiliário, network em diversas capitais brasileiras que possibilitam maior facilidade e captação de oportunidades de negócios diferenciadas no mercado. A Companhia preza por uma governança corporativa e transparente nas relações com mercado, clientes e investidores, promovendo a fiscalização em cada etapa do projeto e monitorando o processo físico e financeiro da construção.

Atualmente, a Companhia está presente nas cidades de São Paulo, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Francisco Morato, Campinas, Paulínia, Salto, São José do Rio Preto, Mauá, Franco da Rocha, Caçapava, Sumaré, Santo André, Mirassol e Rio Branco, nos Estados de São Paulo e Acre, com aproximadamente 27.000 unidades em desenvolvimento, execução e entregues.

A Companhia desde o ano de 2013 é avaliada pela área de risco da Caixa Econômica Federal - (GERIC), sendo que atualmente seu GERIC comporta a produção da totalidade do seu “pipeline” de projetos.

A Companhia possui certificações importantes, como a PBQPH nível A (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) e ISO 9001, as quais a qualificam ainda mais em todo o ciclo do processo executivo de obra, além de atestar a eficácia no processo das atividades da Companhia, que contribuem para uma melhor gestão e controle de custos.

A Companhia obteve no dia 19 de julho de 2016, o registro CVM na Categoria A, com controle acionário privado. Este processo é muito importante para a Companhia, o qual reforça o compromisso de boas práticas e governança corporativa adotada pela Administração.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em relação ao ano anterior, salvo indicação em contrário.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais – ITR foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação da NBC TG 47 alinhado com aquele manifesto pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de agosto de 2020.

2.2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. A Companhia opera no Brasil e o real é a moeda funcional e de apresentação.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto de continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia continuar operando ao preparar as informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de Reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, ajustes de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, os custos orçados para os empreendimentos, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das informações contábeis intermediárias, são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.2.1 Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações contábeis intermediárias individuais quanto nas informações contábeis intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As informações contábeis intermediárias das controladas e controladas em conjunto, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

A participação societária no resultado das controladas e controladas em conjunto é demonstrada no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua sociedade controlada ou controlada em conjunto. A Companhia determina, em cada data de fechamento, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e controladas em conjunto sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada ou controlada em conjunto e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico – SPE) nas quais a Companhia tem o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Controladas e controladas em conjunto diretas	Percentual de participação	
	30/06/2020	31/12/2019
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	95%	95%
Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda.	95%	95%
Residencial Monte Serrat SPE Ltda.	95%	95%
Haifa Investimentos e Participações Ltda.	100%	100%
Residencial São Mateus SPE Ltda.	95%	95%
Residencial Colina Francisco Morato SPE Ltda	95%	95%
Residencial Bom Retiro SPE Ltda	95%	95%
Residencial Jacú-Pessegue II SPE Ltda	95%	95%
Residencial Colina Guarapiranga SPE Ltda	95%	95%
Residencial Paulínia I SPE Ltda	95%	95%
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda.	95%	95%
Residencial Idemori SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Projeto SPE Ltda	95%	95%
Residencial Sports Gardens da Amazônia Ltda.	95%	95%
Sugoi N Empreendimentos Imobiliários Ltda	50%	50%
Residencial Portal do Belo Horizonte SPE Ltda	95%	95%
Residencial Barcelona SPE Ltda.	95%	95%
Condomínio Varandas Jardim do Lago II SPE Ltda.	95%	95%
Residencial Isabel Ferrari SPE Ltda.	95%	95%
Residencial São Jose SPE Ltda.	95%	95%
Residencial Jacú-Pessegue I SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial I SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial II SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial III SPE Ltda.	95%	95%
Residencial Via Verde SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial IV SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial V SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial VI SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial VII SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial VIII SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial IX SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Development USA, LLC	100%	100%
Sugoi Residencial X SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XI SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XII SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XIII SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XIV SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XV SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XVI SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XVII SPE Ltda.	95%	95%
Sugoi Residencial XVIII SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XIX SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XX SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XXI Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XXII SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XXIII SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XXIV SPE Ltda	95%	95%
Sugoi Residencial XXV SPE Ltda	95%	95%



(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Prejuízos acumulados".

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma sociedade de propósito específico (SPE) ou um ativo financeiro.

As participações minoritárias são demonstradas no patrimônio líquido.

(c) Empreendimentos controlados em conjunto

Os investimentos em sociedades de propósitos específicos (SPEs) são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os ganhos não realizados com as sociedades de propósitos específicos (SPEs) são eliminados na proporção de participação societária. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são demonstrados ao custo e incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.

2.5 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) classificados ao valor justo por meio do resultado, além de contas a receber (Nota 4), créditos diversos (Nota 6) e partes relacionadas (Nota 9), ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por partes relacionadas (Nota 9), empréstimos e financiamentos (Nota 11), fornecedores (Nota 12), contas a pagar (Nota 14) e debêntures (Nota 16), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

2.6 Contas a receber

As unidades são geralmente vendidas durante as fases de lançamento e construção de empreendimentos imobiliários. As contas a receber são constituídas com base no percentual de conclusão (PoC) da construção aplicado à receita das unidades vendidas, ajustado de acordo com os termos dos contratos de venda, assim determinando o valor da receita acumulada a ser reconhecido, sendo o mesmo deduzido das parcelas recebidas.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Se o valor acumulado da receita apropriada, deduzida das parcelas recebidas, for inferior ao montante esperado a ser recebido do total da carteira de recebíveis em um ano ou menos, a receita apropriada é classificada como ativo circulante. Se não, a parcela que exceder é apresentada como ativo não circulante.

2.7 Imóveis para venda

A parcela registrada no estoque corresponde ao custo incorrido na fase atual da construção de unidades imobiliárias ainda não vendidas, que é inferior ao valor líquido realizável.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas estimadas com vendas.

O custo compreende terrenos, materiais, mão de obra (terceirizada) e outros custos relacionados com a construção.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua depreciação, que foi calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8.

2.9 Redução ao valor recuperável (impairment) – ativos não financeiros

A Companhia avalia, ao menos anualmente, se há alguma indicação de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. Não foram identificados indícios de que tais ativos possam ter sofrido desvalorização, sendo assim, não foi necessário registrar perdas de impairment.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento é devido no prazo de um ano ou menos; caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva, como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor pode ser estimado com segurança.

As estimativas e premissas que norteiam a determinação do valor a ser provisionado para cobrir gastos futuros durante o período de garantia da obra apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis para exercícios subsequentes. Dessa forma, as estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.



Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido, segundo o qual a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas nas atividades imobiliárias tributadas em regime de caixa e o valor registrado em regime de competência (Nota 2.13).

2.13 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

(a) Processo para reconhecimento da receita

No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo NBC TG 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária.

De acordo com a NBCTG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

O modelo de negócios da Companhia é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de imóveis com “financiamento na planta”. Neste modelo, geralmente voltado à baixa renda, o cliente assina “contrato de compra e venda de imóvel na planta” com a incorporadora, já prevendo as condições de pagamento, conforme seguem: (i) Pagamentos direto à incorporadora; (ii) Financiamento bancário; (iii) Recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e (iv) Eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo.

Os valores pagos diretamente à incorporadora (item (i) acima) representam aproximadamente de 10% a 15% do valor do imóvel, sendo o restante do valor proveniente de financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios (itens de (ii) a (iv) acima). Em seguida, o cliente firma contrato de financiamento bancário (“contrato particular, com caráter de escritura pública”) com instituição financeira, contemplando os valores do financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo. A liberação destes recursos fica condicionada ao andamento das obras, de acordo com o percentual atestado no Relatório de Acompanhamento do Empreendimento, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela instituição financeira. Este acompanhamento, para fins de liberação das parcelas, é efetuado pela área de engenharia da instituição financeira. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade do imóvel é transferida para o cliente, sendo fiduciariamente alienado à respectiva instituição financeira.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo resumo dos contratos celebrados na modalidade “financiamento na planta”, partes envolvidas, garantias e riscos existentes:

Contrato	Partes	Garantia real do imóvel	Risco de crédito	Risco de mercado	Risco de distrato
Financiamento bancário	Incorporadora (Vendedora); Comprador e Instituição financeira (Credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	10% a 15% da Incorporadora e 85% a 90% da Instituição financeira	Comprador e Instituição financeira	Não aplicável. Em caso de inadimplemento, pelo cliente, a IF poderá consolidar a propriedade em seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme procedimentos previstos no art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado terá como objetivo principal a quitação do saldo devedor do cliente para com a IF.

(b) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis

Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

- As receitas de vendas são apropriadas ao resultado quando houver a transferência contínua do controle para instituição financeira ou cliente, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Nos casos que durante o período de aprovação do cliente junto a entidade financiadora houver indícios que o cliente não cumprirá com sua parte contratual, é realizada a provisão para distrato do seu valor integral.
- Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica “Contas a receber”. Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica “Adiantamentos de clientes”;
- A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios “pro rata temporis”;
- O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas, é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.7);
- Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão, observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita auferida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
- As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e bancos conta-movimento	110	165	19.492	15.901
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	242	4.234	432	7.563
	352	4.399	19.924	23.464

Os CDBs são aplicações automáticas efetuada pelas instituições financeiras com liquidez imediata, sua remuneração média é de 98% do CDI.

4 Contas a receber

Descrição/	Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita de vendas apropriada	377.798	305.387
(-) Valor recebido	(334.557)	(265.489)
	43.241	39.898
Outras contas a receber	573	315
	43.814	40.213

	Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber de vendas apropriadas	377.798	305.387
Total recebimento	(334.557)	(265.489)
Receita de vendas a apropriar (*)	201.648	192.768
Total de contas a receber	244.889	232.666
Adiantamento de clientes	(9.174)	(15.902)
Total da carteira líquida a receber	235.715	216.764

(*) Sujeito aos efeitos do ajuste a valor presente de reconhecimento.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido nos contratos de venda, as contas a receber são garantidas por alienação fiduciária das correspondentes unidades imobiliárias. Adicionalmente, a entrega das chaves somente ocorre caso o cliente esteja adimplente com suas obrigações contratuais. Dessa forma, a administração considera insignificante o risco de crédito no período de construção.

5 Imóveis a comercializar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Terrenos para incorporação (i)	9.798	9.787	240.209	246.874
Imóveis em construção	-	-	53.599	39.143
Imóveis concluídos	-	-	1.024	1.254
	9.798	9.787	294.832	287.271
Circulante	8.586	9.787	124.287	228.241
Não circulante	1.212	-	170.545	59.030

(i) Os saldos dos estoques no circulante correspondem a terrenos para incorporação cuja expectativa do prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários é inferior a um ano, sendo esta revisada periodicamente pela administração.

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo total incorrido	311.495	251.549
Custo apropriado de unidades vendidas	(256.873)	(211.152)
Custo de unidades em estoque	54.623	40.397

6 Créditos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos a fornecedores	2.126	2.010	12.140	7.497
Cheques em cobrança	1.000	1.000	1.000	1.000
Brasinco Incorporações Ltda. (i)	9.830	9.830	9.830	9.830
Willian Gadelha (ii)	-	-	4.142	4.142
Brasinco Incorporações Ltda. (iii)	12.117	12.117	12.117	12.117
Outros	845	869	1.078	1.105
	25.918	25.826	40.307	35.691

(i) A Companhia consta como avalista em um empréstimo obtido pela Brasinco Incorporações Ltda. Em virtude de tal compromisso, ocorreram pagamentos neste montante. Não há mais nenhum valor a pagar à instituição financeira, restando apenas o ressarcimento dos valores por parte da Brasinco Incorporações Ltda.

(ii) Refere-se a uma dívida de terceiros que foi subrogada pela Sugoi para desembaraço de um projeto imobiliário a qual será posteriormente cobrada do respectivo devedor.



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Refere-se à direito contratual de receber outro ativo financeiro (vide detalhamento da operação na Nota 14).

7 Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Investimentos em controladas e demais investidas	112.489	92.948	3.224	3.224
Provisão para passivo a descoberto	(4.894)	(3.757)	(3.357)	(3.382)
Investimentos (a)	107.595	89.191	(133)	(158)
Reclassificação para o passivo	4.894	3.757	3.357	3.382
	112.489	92.948	3.224	3.224

O saldo de investimento no consolidado refere-se à participação na empresa HTG Infraestrutura e Participação, avaliada pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia não possui o controle da referida empresa.

(a) Movimentação dos investimentos

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Saldo em 31 dezembro de 2018	Equivalência patrimonial	Adição (redução) de investimentos	Saldo em 31 Dezembro de 2019	Equivalência patrimonial	Adição (redução) de investimentos	Saldo em 30 Junho de 2020
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6.010	(293)	-	5.717	(37)	-	5.680
Condomínio Varandas Jardim do Lago Ltda.	12.889	4.178	(5.079)	11.988	(359)	-	11.629
Residencial Monte Serrat SPE Ltda.	1.895	(179)	-	1.716	(295)	-	1.421
Haifa Investimentos e Participações Ltda	(8)	(4)	-	(12)	(1)	-	(13)
Residencial São Mateus SPE Ltda.	17.323	20.188	17	37.528	10.677	-	48.205
Residencial Colina Francisco Morato SPE Ltda	(291)	(42)	-	(333)	(19)	-	(352)
Residencial Bom Retiro SPE Ltda	11.064	17.629	-	28.693	9.067	-	37.760
Residencial Jacú-Pessego II SPE Ltda.	(26)	(169)	-	(195)	(17)	-	(212)
Residencial Colina Guarapiranga SPE Ltda	(16)	(1)	-	(17)	(20)	-	(37)
Residencial Paulínia I SPE Ltda	(20)	(2)	-	(22)	(2)	-	(24)
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda.	7.103	(662)	-	6.441	272	-	6.713
Residencial Idemori SPE Ltda	(9)	(1)	-	(10)	(1)	-	(11)
Sugoi Projeto SPE Ltda	(41)	(1)	-	(42)	-	-	(42)
Residencial Sports Gardens da Amazônia Ltda	(1.006)	(444)	-	(1.450)	(914)	-	(2.364)
Sugoi Inovare Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(2)	(1)	-	(3)	-	-	(3)
Residencial Portal do Belo Horizonte SPE Ltda.	(25)	(5)	-	(30)	(2)	-	(32)
Residencial Barcelona SPE Ltda.	(768)	(696)	-	(1.464)	(3)	-	(1.467)
Condomínio Varandas Jardim do Lago II SPE Ltda.	(10)	(22)	-	(32)	(1)	-	(33)
Residencial Isabel Ferrari SPE Ltda.	(7)	(2)	-	(9)	(1)	-	(10)
Residencial São Jose SPE Ltda	(6)	(5)	-	(11)	(4)	-	(15)
Residencial Jacú-Pessego I SPE Ltda.	(4)	(1)	-	(5)	(19)	-	(24)
Sugoi Residencial I SPE Ltda	(5)	(2)	-	(7)	(1)	-	(8)
Sugoi Residencial II SPE Ltda	(4)	(3)	-	(7)	(2)	-	(9)
Sugoi Residencial III SPE Ltda	(4)	(2)	-	(6)	(2)	-	(8)
Residencial Via Verde SPE Ltda	(1)	-	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial IV SPE Ltda.	(1)	(1)	-	(2)	-	-	(2)
Sugoi Residencial V SPE Ltda.	(261)	255	-	(6)	175	-	169
Sugoi Residencial VI SPE Ltda.	(2)	(22)	-	(24)	(60)	-	(84)
Sugoi Residencial VII SPE Ltda	(2)	-	-	(2)	-	-	(2)
Sugoi Residencial VIII SPE Ltda	(2)	-	-	(2)	-	-	(2)
Sugoi Residencial IX SPE Ltda	(2)	(9)	-	(11)	(1)	-	(12)
Sugoi Residencial XI SPE Ltda.	-	(9)	-	(9)	(3)	-	(12)
Sugoi Residencial XIII SPE Ltda.	-	(22)	-	(22)	(63)	-	(85)
Sugoi Residencial XIV SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial X SPE LTDA	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XII SPE LTDA	-	(4)	-	(4)	-	-	(4)
Sugoi Residencial XV SPE LTDA	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XVI SPE LTDA	-	(6)	-	(6)	(2)	-	(8)
Sugoi Residencial XVII SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XVIII SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	(7)	-	(8)
Sugoi Residencial XIX SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XX SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XXI Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XXII SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XXIII SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XXIV SPE Ltda	-	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Sugoi Residencial XXV SPE Ltda	-	(2)	-	(2)	-	-	(2)
HTG Infraestrutura e Participação Ltda.	-	(158)	(3.224)	(3.382)	-	-	(3.382)
HTG Infraestrutura e Participação Ltda. (ágio)	-	-	3.224	3.224	26	-	3.250
Sugoi Development USA, LLC	884	(811)	950	1.023	(261)	284	1.046
	54.645	38.658	(4.112)	89.191	18.120	284	107.595

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Instalações	10% a.a	28	33	44	44
Móveis e Utensílios	10% a.a	87	96	352	350
Máquinas e Equipamentos	20% a.a	54	75	164	147
Benfeitorias	20% a.a	12	15	21	20
Leasing Telefonia	20% a.a	24	38	72	72
Veículos	20% a.a	-	-	298	216
Imóveis	4% a.a	31	21	150	115
Estande de vendas (*)		-	-	637	636
		236	278	1.738	1.600
Depreciação acumulada		(14)	(56)	(905)	(876)
		222	222	833	724

(*) Estande de vendas - A depreciação de estande de vendas ocorre pelo período a qual se espera que o ativo seja utilizado pela companhia até a sua desativação.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação do imobilizado

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	30 de junho de 2020
Instalações	44	-	-	44	44	-	-	44
Móveis e Utensílios	121	2	-	123	350	2	-	352
Máquinas e Equipamentos	127	-	-	127	147	17	-	164
Benfeitorias	20	1	-	21	20	1	-	21
Leasing Telefonia	72	-	-	72	72	-	-	72
Veículos	-	-	-	-	216	82	-	298
Imóveis	21	11	(1)	33	115	63	(28)	150
Estande de vendas	-	-	-	-	636	1	-	637
	405	14	(1)	420	1.600	166	(28)	1.738
Depreciação acumulada	(183)	(7)	-	(198)	(876)	(8)	-	(905)
	<u>222</u>	<u>7</u>	<u>(1)</u>	<u>222</u>	<u>724</u>	<u>158</u>	<u>(28)</u>	<u>833</u>

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9

Partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo não circulante	43.577	33.261	6.831	6.827
Passivo circulante	(62.227)	(43.863)	(375)	(376)
Passivo não circulante	(1.744)	(1.744)	-	-
	(20.394)	(12.346)	6.456	6.451

Descrição (ativo)	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Haifa Investimentos e Participações Ltda	22	21	-	-
Sugoi Engenharia e Construção Ltda	15	15	238	238
Residencial Monte Serrat Ltda	130	55	-	-
Dahab Participações Ltda	7	7	7	7
Kibutz Administração e Participações Ltda	5.965	5.965	5.965	5.965
Residencial Colina Francisco Morato SPE Ltda	1.554	1.386	-	-
Residencial Bom Retiro SPE Ltda	-	-	52	49
Residencial José Vigna Talhado SPE Ltda	316	287	-	-
Residencial Colina Guarapiranga SPE Ltda	972	883	-	-
Residencial Paulínia I SPE Ltda	163	162	-	-
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda	10.066	2.421	-	-
Residencial Idemori SPE Ltda	465	401	-	-
Sugoi Projeto SPE Ltda	91	91	-	-
Residencial Sports Gardens da Amazônia Ltda.	12.074	9.160	-	-
Sugoi N Empreendimentos Imobiliários Ltda.	274	236	-	-
Residencial Portal do Belo Horizonte SPE Ltda	590	554	-	-
Residencial Barcelona SPE Ltda	2.817	2.723	-	-
Condomínio Varandas Jardim do Lago II	711	609	-	-
Residencial Isabel Ferrari SPE Ltda	218	181	-	-
Residencial São José SPE Ltda.	292	260	-	-
Residencial Jacú-Pessegueiro I SPE Ltda.	156	89	-	-
Sugoi Residencial I SPE Ltda	196	194	-	-
Sugoi Residencial II SPE Ltda	254	208	-	-
Sugoi Residencial III SPE Ltda	360	195	-	-
Sugoi Residencial Via Verde SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial IV SPE Ltda	77	76	-	-
Sugoi Residencial V SPE Ltda	43	2.466	-	-
Sugoi Residencial VI SPE Ltda	1.102	828	-	-
Vercelli Gestão de Negócios Eireli	-	-	1	-
Sugoi Residencial VII SPE Ltda	2	2	-	-
Sugoi Residencial VIII SPE Ltda	807	807	-	-
Sugoi Residencial IX SPE Ltda	1.534	1.380	-	-
Tsuri Acre	16	16	16	16
Sugoi Residencial XI SPE Ltda	303	145	-	-
Sugoi Residencial XIII SPE Ltda	1.552	1.195	-	-
Sugoi Residencial XIV SPE Ltda	1	1	-	-



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição (ativo)	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Sugoi Residencial X SPE Ltda	25	14	-	-
Sugoi Residencial XII SPE Ltda	22	22	-	-
Sugoi Residencial XVI SPE Ltda	108	106	-	-
Sugoi Residencial XV SPE Ltda	37	1	-	-
Sugoi Residencial XXIV SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XXIII SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XXII SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XIX SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XX SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XXI Ltda	163	85	-	-
Sugoi Residencial XXV SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XVII SPE Ltda	1	1	-	-
Sugoi Residencial XVIII SPE Ltda	69	6	-	-
Outros	-	-	552	552
	43.577	33.261	6.831	6.827

Descrição (passivo)	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Condomínio Varandas Jardim do Lago (fee)	873	873	-	-
Condomínio Varandas Jardim do Lago	10.277	9.969	-	-
Vista Cantareira Empreendimentos Imobiliários Ltda	6.415	6.444	-	-
Residencial Monte Serrat Ltda	587	587	-	-
Residencial Colina Francisco Morato SPE Ltda	175	175	-	-
Residencial Parque do Carmo SPE Ltda	110	110	-	-
Tsuri Brasil	-	-	11	11
Sports Gardem Amazônia	-	-	199	199
Residencial São Mateus SPE Ltda	23.525	17.452	-	-
Residencial Guarapiranga SPE Ltda	148	149	149	149
Residencial Bom Retiro SPE Ltda	21.844	9.831	-	-
Sugoi Engenharia e Construção Ltda	17	17	16	17
Total	63.971	45.607	375	376
Circulante	62.227	43.863	375	376
Não circulante	1.744	1.744	-	-

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de empréstimos na forma de mútuos em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento predefinido.



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos a receber pela sociedade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária naquelas sociedades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários dos recebimentos de clientes pela venda dos empreendimentos.

10 Conta corrente com sociedade por conta de participação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Conta corrente com Sociedade por conta de participação	10.405	10.405	10.405	10.405
	10.405	10.405	10.405	10.405

As operações envolvendo Sociedade por Conta de Participação (SCP) são apresentadas de forma consolidada com as operações da Companhia. As aquisições contraídas com sócios participantes são apresentadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de desembolso da Companhia, na rubrica de conta corrente com sociedade por conta de participação.

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição financeira	Taxa de juros e comissões	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Capital de giro	Caixa Econômica Federal - CEF	Até 9,6 % a.a. +CDI	1.805	2.242	1.805	2.242
SFH	Caixa Econômica Federal - CEF	Até 11% a.a.	-	-	14.138	11.605
Leasing	Banco Daycoval	Até 22,99% a.a.	33	30	33	30
	Banco PINE	CDI + 08,47% a.a.	1.831	1.364	1.831	1.364
CCB	CHB	CDI + 10,5% a.a.	1.281	2.693	1.281	2.693
Outros	Outros	n/a	-	-	1.134	839
			4.950	6.329	20.222	18.773
Circulante			4.942	4.800	20.214	16.405
Não circulante			8	1.529	8	2.368

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos podem ser assim apresentados por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
2020	3.012	4.800	18.284	16.405
2021	1.188	917	1.188	1.756
2022	750	612	750	612
	4.950	6.329	20.222	18.773

Como garantia, os empréstimos contarão com garantia real de alienação fiduciária de imóveis de propriedade de controlada ou carteira de recebíveis. Já o contrato de financiamento a produção (SFH) tem como garantia a alienação fiduciária dos terrenos objeto do empreendimento financiado, assim como o financiamento (crédito associativo) dos clientes.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução nº 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade dos saldos relevantes, considerando:

- Cenário de variação da taxa de juros provável estimada pela Administração:
 - o Taxa de juros estimada para os exercícios de 2020 e 2021: 6,5% ao ano.
- Cenário de variação da taxa de juros possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:
 - o Taxa de juros estimada para os exercícios de 2020 e 2021: Aumento para 8,1% ao ano.
- Cenário de variação da taxa de juros remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:
 - o Taxa de juros estimada para os exercícios de 2020 e 2021: Aumento para 9,8% ao ano.

Os impactos apresentados na tabela abaixo referem-se aos exercícios de 2020 e de 2021, onde encerrarão as obrigações relevantes com os agentes financeiros, não sendo necessário projeções para os demais anos.

Exercício	Saldo	Risco de alta na taxa de juros	Controladora		
			6,5% a.a. Provável	8,1% a.a. Possível	9,8% a.a. Remoto
2020	3.012	Efeito contábil (custo / despesa)	196	244	295
2021	1.188	Efeito contábil (custo / despesa)	77	96	116

Exercício	Saldo	Risco de alta na taxa de juros	Consolidado		
			6,5% a.a. Provável	8,1% a.a. Possível	9,8% a.a. Remoto
2020	18.284	Efeito contábil (custo / despesa)	1.188	1.481	1.792
2021	1.188	Efeito contábil (custo / despesa)	77	96	116

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Vencimentos				
Vencidos	11	11	3.165	1.619
A vencer até 30 dias	123	189	8.322	4.984
A vencer entre 31 e 60 dias	-	3	551	259
A vencer entre 61 e 90 dias	10	-	958	172
A vencer entre 91 e 120 dias	3	-	474	235
A vencer entre 121 e 180 dias	1	-	139	44
A vencer após 180 dias	-	-	259	892
A vencer total	137	192	10.703	6.586
	148	203	13.868	8.205

13 Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Obrigações tributárias	501	501	503	503
Obrigações trabalhistas	206	139	308	198
Impostos retidos na fonte	10	8	528	388
Regime especial tributário (RET) corrente	-	-	1.885	514
Regime especial tributário (RET) diferido	-	-	1.851	1.430
	717	648	5.075	3.033
Circulante	717	648	3.224	1.603
Não circulante	-	-	1.851	1.430

14 Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Aquisição de participações societárias (i)	14.883	11.802	14.883	11.802
Comissão sobre terreno	-	-	500	500
Contingências (Cíveis / Trabalhista) (ii)	8	8	2.186	1.049
Distratos a pagar	-	-	617	487
Outros	1.621	1.730	1.633	1.744
	16.512	13.540	19.819	15.582
Circulante	16.512	13.540	19.319	15.082
Não circulante	-	-	500	500



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O referido valor é composto por: R\$ 6.930 referente a aquisição da empresa Residencial Parque do Carmo SPE Ltda., (R\$ 2.930 em 31 de dezembro de 2019), os quais serão pagos através de notas promissórias e; R\$ 7.952 referente a saldo da dívida pela aquisição de direitos contratuais, descritos na Nota 6, gerados pela conclusão do acordo para aquisição da participação societária detida por Brasinco Incorporações Ltda. no bojo da parceria voltada ao desenvolvimento de projetos imobiliários por intermédio da empresa Haifa Investimentos e Participações Ltda., na qual já detinha 60% do capital social.
- (ii) A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A provisão existente no consolidado no montante de R\$ 2.186 (R\$ 1.049 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a processos cíveis e trabalhistas que estão em curso, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia apontam para uma probabilidade de perda provável. Além do referido montante, não foram computados R\$ 4.675 (R\$ 6.129 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes também de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade de perda possível, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

15 Adiantamentos de clientes e outros

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos de clientes incorporações	-	-	9.175	15.847
Adiantamento de clientes permutas – empreendimentos lançados	-	-	11.116	11.116
Credores por imóveis compromissados	2.942	2.942	151.618	152.176
Permutas físicas (*)	5.680	5.680	78.776	78.776
Outros	-	-	2.434	2.395
	8.622	8.622	253.118	260.308
Circulante	8.622	8.622	113.669	232.374
Não circulante	-	-	139.449	27.934

- (*) Em determinadas operações de aquisição de terrenos, a Companhia realizou permuta física com unidades a construir. Estas permutas físicas foram registradas a valor justo, como estoque de terrenos para incorporação, em contrapartida a adiantamento de clientes, considerando o valor à vista das unidades imobiliárias dadas em dação de pagamento, sendo que estas operações de permuta são apropriadas ao resultado considerando as mesmas premissas utilizadas para o reconhecimento das vendas de unidades imobiliárias.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Debêntures

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Debêntures	32.897	32.897	32.897	32.897
(-) Amortização	(11.537)	(4.810)	(11.537)	(4.810)
Juros sobre debêntures	5.933	5.913	5.933	5.913
	27.293	34.000	27.293	34.000
Circulante	13.838	23.442	13.838	23.442
Não circulante	13.455	10.558	13.455	10.558

Em 4 de abril de 2017 a Companhia obteve aprovação de seu primeiro programa de emissão pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real no montante de R\$ 17.397 na quantidade de 17.397 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada.

As debêntures são corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescidas de juros remuneratórios de 9,15% ao ano sobre o valor nominal, calculadas de forma “*pro rata temporis*” por dias úteis, com pagamentos mensais a partir de maio de 2019 e vencimento em setembro de 2022.

Como garantia, as debêntures contarão com garantia real de alienação fiduciária de terreno de propriedade de controlada e alienação fiduciária de direitos de participação acionária no capital social de sociedade controlada.

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas no contrato de debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações e pode requerer o vencimento antecipado ou a execução das garantias se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Em 7 de novembro de 2019 a Companhia obteve aprovação de seu segundo programa de emissão pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real no montante de R\$ 15.500 na quantidade de 15.500.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada.

As debêntures são corrigidas por 100% do CDI + 7,5% ao ano sobre o valor nominal, calculadas de forma “*pro rata temporis*” por dias úteis, com pagamentos mensais a partir de março de 2020 e vencimento em janeiro de 2022.

Como garantia, as debêntures contarão com garantia real de alienação fiduciária de terreno de propriedade de controlada e alienação fiduciária de direitos de participação acionária no capital social de sociedade controlada.

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas no contrato de debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações e pode requerer o vencimento antecipado ou a execução das garantias se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

No primeiro trimestre de 2020, após o recebimento de informações completas e detalhadas do Agente Fiduciário, a Companhia procedeu aos ajustes necessários para a segregação adequada da obrigação entre circulante e não circulante.

Em 30 de junho de 2020, a companhia está atendendo a todas as obrigações contratuais dos contratos de debêntures, incluindo as relacionadas a indicadores financeiros.



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisões

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Provisão para garantia (i)	1.803	1.509
	1.803	1.509

(i) Provisão de garantia - constituída durante o período de construção do empreendimento, para cobrir os custos estimados a serem incorridos durante o período de cinco anos após a conclusão do projeto.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital compreende 1.000.000 (Um milhão) de quotas, totalmente integralizadas e distribuídas da seguinte forma:

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Número de quotas		
Kibutz Administração e Participações Ltda	1.000.000	1.000.000
	1.000.000	1.000.000

Conforme 7ª alteração de contrato social realizada em 3 de fevereiro de 2016, a Sugoi altera seu tipo jurídico e denominação social e passa a ser uma sociedade por ações, disciplinada pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A.").

De acordo com a Ata de assembleia registrada em 24 de novembro de 2016 a Kibutz Participações Ltda. transfere suas quotas ordinárias nominativas a Kibutz Administração e Participações S.A.

A Companhia estruturou o processo de registro CVM categoria A no qual foi concedido em 19 de julho de 2016, e atualmente está cadastrado sob o código "CVM 23957".

(b) Lucros

De acordo com estatuto social, o lucro calculado no final de cada ano pode ser distribuído, retido (total ou parcialmente) ou capitalizadas, como determinado por todos os quotistas. Não há valor mínimo estabelecido para ser distribuído.

Em cumprimento a legislação societária (artigo 193 da Lei 6.404/76) foi constituída reserva legal no valor de R\$ 200 em 31 de dezembro de 2016.

(c) Resultado por ações

A tabela abaixo demonstra o resultado consolidado e o cálculo do lucro básico e diluídos por ação:

	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro do exercício (em reais)	12.373.000	27.515.000
Quantidade de ações	1.000.000	1.000.000
	12,373	27,515



SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela NBC TG 41 (R2) (Deliberação CVM 636/10) – resultado por ação.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído pois não há ações ordinárias potenciais que poderiam ser emitidas futuramente e convertidas. As debêntures emitidas, conforme nota 16, não são conversíveis em ações.

(d) Ajuste acumulado de conversão

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre o investimento em controlada no exterior (Sugoi Development USA, LLC), cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado, destacado no patrimônio líquido e na demonstração do resultado abrangente, será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

19 Receita líquida e lucro bruto

A conciliação entre a receita bruta e receita operacional líquida é a seguinte:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receita de imóveis	75.731	58.036
Vendas canceladas	(482)	(44)
Receita operacional bruta	75.249	57.992
Impostos incidentes	(1.508)	(1.573)
Receita operacional líquida	73.741	56.419
Custo com terreno, incorporação, construção	(46.199)	(33.822)
Lucro bruto	27.542	22.597
Percentual margem bruto - %	37,3%	40,1%

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Despesas comerciais				
Comissões	-	-	(1.536)	(1.373)
Assessoria e consultoria	(48)	(43)	(134)	(91)
Propaganda e publicidade	(6)	(67)	(1.439)	(1.049)
Despesas com Estande de vendas e	-	-	(265)	(770)
Apartamento decorado	-	-	(233)	(100)
Despesas com aluguéis	-	-	(233)	(100)
Outras despesas comerciais	(21)	(14)	(316)	(1.057)
	<u>(75)</u>	<u>(124)</u>	<u>(3.923)</u>	<u>(4.440)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Assessoria e consultoria	(2.590)	(1.337)	(3.510)	(1.942)
Despesas com pessoal	(1.793)	(212)	(1.795)	(214)
Despesas com aluguéis	(170)	(267)	(204)	(269)
Despesas com materiais de escritório	(149)	(186)	(246)	(237)
Depreciação	(232)	(224)	(234)	(226)
Despesas com cartórios e registros	(8)	(39)	(124)	(159)
Seguros	-	-	(232)	(240)
Outras despesas administrativas	(220)	(108)	(678)	(707)
	<u>(5.162)</u>	<u>(2.373)</u>	<u>(7.023)</u>	<u>(3.994)</u>
	<u>(5.237)</u>	<u>(2.497)</u>	<u>(10.946)</u>	<u>(8.434)</u>

21 Projetos imobiliários em desenvolvimento

Descrição	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Venda contratada a apropriar (Nota 4)	201.648	192.768
Contribuições sobre as vendas	(8.066)	(7.711)
	193.582	185.057
Custo a incorrer das unidades vendidas	(147.622)	(137.445)
	45.960	47.612
Percentual da margem bruta a apropriar	23,7%	25,7%

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A tabela abaixo mostra os resultados apropriados do projeto em construção.

Descrição	31 de março de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita apropriada	262.721	190.571
Contribuições incidentes sobre receita	(10.509)	(7.632)
	252.212	182.939
Custo apropriado	(177.882)	(130.528)
Lucro bruto	74.330	52.411
Margem bruta apropriada - %	29,47%	28,65%

(b) A tabela abaixo mostra o custo total orçado a incorrer no projeto.

Descrição	30 de junho de 2020	31 de dezembro de 2019
Unidades vendidas em construção	147.622	137.445
Unidades não vendidas em construção	62.912	50.961
Custo orçado a incorrer	210.534	188.406
Estoque imóveis em construção	53.599	39.143
Custo total a ser apropriado no futuro	264.133	227.549

22 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.



Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar estes riscos, a Companhia possui contratos que lastreiam os ativos e passivos financeiros, mediante a aplicação de taxas pré-fixadas.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizados no processo de construção das unidades imobiliárias. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos dos Estoques. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores destas matérias-prima e insumos.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiaria. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;



Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

24 Pandemia – Covid-19 – Coronavirus

A Companhia adotou as medidas de mitigação da transmissão de vírus em cada ponto de trabalho, quer seja nas obras, pontos de vendas e seu escritório central. As práticas adotadas foram higienização com maior frequência, auditoria diária dos controles, flexibilidade no horário de trabalho e adoção do home office, atendendo as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e Vigilância Sanitária buscando preservar a saúde física e psicológicas de seus colaboradores, inclusive dispensando do trabalho todos aqueles com idade acima de 60 anos.

Nossas operações continuam nos canteiros de obra, ainda com impactos sem relevância, e acreditamos que neste sentido, não deverá haver interferências significativas na execução dos empreendimentos. Entretanto, eventuais restrições externas como o transporte público dos funcionários, fornecimento de insumos e matérias primas essenciais para a continuidade das obras, pode ter impacto expressivo, possibilidade esta que não há como ser considerada e mensurada neste momento.

Redirecionamos nossa força de vendas para atender o nosso cliente à distância, ampliando a divulgação online dos empreendimentos via aplicativos e redes sociais e mantemos contato diário da alta administração para acompanhamento do cenário e pronta tomada de decisão.

Diante de tantas incertezas e ajustes diários nas diretrizes governamentais, consideramos possíveis impactos em nossa operação, mas temos realizados pautas frequentes para tentar antecipar os problemas, de maneira a minimizá-los.

Em relação as medidas operacionais/financeiras da companhia em função da pandemia, podemos destacar:

Negociação com fornecedores, parceiro de negócios e adesão a pacotes de incentivos governamental visando a preservação de caixa e aumento do índice de liquidez da companhia.

Readequação dos projetos em desenvolvimento considerando os lançamentos previstos para o período e melhorando a exposição de caixa da companhia para o ano.

SUGOI S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em
30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alinhamento com o clientes reforçando o compromisso e segurança com programas de renegociação de parcelas entre outros.

Até o momento, não há medidas adicionais relevantes em curso para o período encerrado em 30 de junho de 2020..
